

**CONTRATO DP/ 50 .2015**  
**REF.: RDC PRESENCIAL Nº 03/2015**

**EXECUÇÃO DE OBRAS PARA MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO DA  
MARGEM DIREITA DO PORTO DE SANTOS – REGIÃO DO SABOÓ.**

A **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, a seguir denominada apenas **CODESP**, Sociedade de Economia Mista Federal vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), Bairro Macuco, CEP: 11015-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.837.524/0001-07, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Angelino Caputo e Oliveira, e de outro lado, a **CONSTRUTORA CAPPELLANO LTDA.**, adiante designada simplesmente “**CONTRATADA**”, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.676.616/0001-09, com sede na Av. Fagundes Filho, nº 141, 10º andar - Vila Monte Alegre - São Paulo/SP, CEP 04304-010, representada, neste ato, por seu Diretor Técnico, Sr. Roberto Cappellano, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº 42077/11-82 e do Edital de Regime Diferenciado de Contratação - RDC PRESENCIAL nº 03/2015, que constituem partes integrantes e complementares deste instrumento, e de acordo com a Decisão da Diretoria-Executiva da CODESP, nos termos da decisão em sua 1715ª Reunião (ordinária), realizada em 02/07/2015, e com o deliberado pelo Conselho de Administração da CODESP, em sua 484ª Reunião (extraordinária), datada de 13/07/2015, celebram por força deste Termo, o presente **CONTRATO** para a prestação dos serviços de execução de obras para melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos – região do Saboó, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas na Lei nº 12.462 de 4 de agosto de 2011 e alterações, Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, no que couber, às regras estabelecidas no Edital e seus anexos, e, ainda, às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a prestação dos serviços de execução de obras para melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos – região do Saboó, bem como todas as etapas de serviços e instalações necessárias, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e em seus Anexos.



1.2 Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, o objeto contratual será executado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais passam a integrá-lo como se nele estivesse transcrito:

- a) **EDITAL DO RDC PRESENCIAL Nº 03/2015 E SEUS ANEXOS;**
- b) **PROPOSTA DA CONTRATADA.**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – FONTE DE RECURSOS**

2.1 Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos na ação “26.784.2074.1C67.0035 – Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos – no município de Santos (SP)” com recursos do Tesouro Nacional.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 Conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de **27/04/2015**, e aceita pela **CODESP**, o valor global de custo do Objeto do presente Contrato, é de R\$ 7.888.182,56 (sete milhões e oitocentos e oitenta oito mil e cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

3.2 No preço estão incluídas todas as despesas necessárias à execução total do objeto contratual, bem como o lucro, impostos e encargos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos serão efetuados mediante medições, de acordo com levantamento dos eventos efetivamente executados, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e no Termo de Referência do RDC/03.2015.

4.2 O pagamento referente a cada medição ocorrerá em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da fatura correspondente, devidamente conferida e aceita pela FISCALIZAÇÃO.

4.3 As faturas somente deverão ser emitidas pela CONTRATADA, após a emissão do Demonstrativo de Medição pela FISCALIZAÇÃO da etapa concluída.

4.4 Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CODESP.

4.5 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de Habilitação e na Proposta de Preços, parte integrante do contrato, objeto deste certame, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de seus trabalhadores que executaram os serviços contratados no mês em referência;
- b) cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida;



- c) comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida;
- d) Declaração de periodicidade mensal, firmada pelo representante legal da CONTRATADA e por seu contador, de que a CONTRATADA possui escrituração contábil regular; e
- e) O Demonstrativo de Medição pela FISCALIZAÇÃO da etapa concluída.

4.5.1 Para o pagamento da última nota fiscal/fatura, a contratada, além de apresentar os documentos referidos no subitem anterior, até o último mês de prestação do serviço, deverá apresentar a comprovação do pagamento das verbas rescisórias, se houver demissões em razão do término de contrato.

4.5.2 A contratada obriga-se a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a vigência do contrato.

4.6 Os pagamentos das faturas serão efetuados pela CODESP em moeda corrente nacional, diretamente à CONTRATADA.

4.7 No caso de atraso no pagamento, o crédito será atualizado financeiramente entre a data prevista para o pagamento e a da sua efetiva realização, pela variação "pro rata die" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da legislação vigente.

4.8 O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da CONTRATADA e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento trimestralmente junto à FISCALIZAÇÃO, bem como os recolhimentos relativos ao INSS/FGTS, cujos comprovantes de pagamento deverão ser anexados, por cópia, ao processo a que se refere este CONTRATO.

4.9 A CONTRATADA obriga-se a destacar na nota fiscal, na forma da legislação vigente, o valor relativo à mão de obra e à respectiva retenção para a Previdência Social.

4.10 O não cumprimento do disposto no subitem 4.9 não desonera a CODESP de efetuar a retenção na fonte, e a responsabilidade por não poder creditar-se da referida retenção junto ao INSS, é exclusiva da contratada.

4.11 A CODESP, sociedade de economia mista, está obrigada por determinação da legislação vigente, a efetuar retenção na fonte dos impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

4.12 As empresas dispensadas de retenções federais, em razão de sua natureza jurídica ou dos serviços prestados, deverão entregar, nos termos determinados pela legislação, declaração em duas vias e anexada aos documentos fiscais e de cobrança.

4.13 Comunicada a conclusão do Objeto contratado para a assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO FINAL – TAF, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 60 (sessenta) dias, a Certidão Negativa de Débito relativa à regularidade das Contribuições Previdenciárias (CND, Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa ou Certidão Negativa de Débito com finalidade de Averbação), juntamente com os documentos mencionados no subitem 4.5 referentes ao mês de ocorrência do TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO FINAL, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e retenção dos créditos.



4.14 A FISCALIZAÇÃO poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Execução defeituosa dos serviços.
- b) Descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados.
- c) Débito da CONTRATADA para com a CODESP proveniente da execução do Contrato decorrente desta licitação.
- d) Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- e) Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, cujo prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses.

5.2. O início da execução do objeto contratual dar-se-á após a emissão da Ordem de Serviço pela CODESP.

5.2.1 A expedição da ordem de serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União e a entrega das “Garantias do Cumprimento do Contrato.

5.2.2 A eventual prorrogação do prazo previsto no subitem anterior somente será admitida nas condições estabelecidas nos incisos I a VI do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 6.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a **CODESP** poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à **CONTRATADA**, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

6.2 Poderá a **CONTRATADA** ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

6.3 O atraso injustificado, a inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nessa Cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da **CONTRATADA**, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência por escrito;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **ADMINISTRAÇÃO**;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 6.4 MULTAS MORATÓRIAS POR ATRASO NO CRONOGRAMA

6.4.1 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, a **CODESP** poderá aplicar multas moratórias por atraso no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.



6.4.2 Serão aplicadas as multas moratórias na eventualidade de existir o atraso injustificado dos eventos, conforme previstos no cronograma físico-financeiro, independentemente das demais sanções que poderão ser imputadas à **CONTRATADA**.

6.4.3 A multa moratória por atraso injustificado na execução dos eventos incidirá sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela **CONTRATADA** e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

6.4.4 A(s) multa(s) será(ão) calculada(s) com base no saldo dos eventos não executados, caracterizando descumprimento na execução das etapas mensais do Cronograma Físico-Financeiro, obedecendo a seguinte expressão matemática:

$$M = (VP - VR) \times F$$

Sendo:

M = Valor da Multa Moratória;

VP = Valor do evento previsto no Cronograma Físico-Financeiro;

VR = Valor do evento efetivamente realizado conforme Cronograma Físico-Financeiro;

F = Fator Progressivo, obedecendo a seguinte tabela:

MEDIÇÃO EM ATRASO (EVENTO)	F = Fator Progressivo
1ª OCORRÊNCIA	0,10
2ª OCORRÊNCIA	0,20
DEMAIS OCORRÊNCIAS	0,30

6.4.5 A(s) multa(s) incidentes por atraso injustificado em cada serviço poderão ser cumulativas.

6.4.6 O descumprimento na execução das etapas do Cronograma Físico-Financeiro ensejará na aplicação de retenções na correspondente medição.

6.4.7 No caso do não acolhimento das justificativas/defesa apresentada pela **CONTRATADA**, observando o rito processual disposto nos itens 11.3 e 11.4 deste instrumento, a retenção será convertida em multa moratória.

6.4.8 Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela **CONTRATADA**, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à **CONTRATADA**, não se aplicando a atualização financeira de qualquer natureza.

## 6.5 MULTA POR DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO OBJETO

6.5.1 Atraso injustificado para início dos serviços por até 15 (quinze) dias após a autorização da FISCALIZAÇÃO, aplicando-se a multa de 0,1% ao dia aplicado sobre o valor global do Contrato.

## 6.6 MULTA E RESCISÃO POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS GARANTIAS



6.6.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação das garantias acarretará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitado até o máximo de 2,5% (dois e meio por cento), conforme expressão a seguir:

$$M = VC \times 0,1\% \times T$$

Sendo:

M = Valor da Multa por descumprimento de apresentação das garantias;

VC = Valor do contrato;

T = tempo em dias

6.6.2 O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

6.7 As multas previstas nos itens anteriores, quando cumuladas, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato;

6.8 Na intenção de imputação de multa será retido o valor correspondente do crédito que a **CONTRATADA** fizer jus, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, previamente à sua conversão em multa;

6.9 Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela **CONTRATADA**, através de recurso administrativo, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à **CONTRATADA**, não se aplicando a atualização financeira de qualquer natureza;

6.10 O recurso administrativo será apresentado à FISCALIZAÇÃO, que avaliará as justificativas que ocasionaram o eventual atraso. Em caso de não acolhimento da justificativa pela Fiscalização esta deverá encaminhar o recurso administrativo ao Diretor Presidente da **CODESP**, devidamente informado, para que este decida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe à CONTRATANTE:

7.1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e a documentação técnica indispensável à execução do objeto contratual.

7.2. Comunicar, por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados com a execução do **CONTRATO**.

7.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual por um representante formalmente designado que atuará como seu FISCAL e único interlocutor para os fins previstos no **CONTRATO**, doravante denominado FISCALIZAÇÃO.

7.4. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** ao local de execução do objeto contratual, indicando eventuais obstáculos naturais ou artificiais existentes nas áreas de trabalho.



7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da **CONTRATADA**.

7.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da **CONTRATANTE**, quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitadas pelos empregados da **CONTRATADA**.

7.7. Efetuar os pagamentos devidos pelos eventos executados conforme cronograma físico-financeiro, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do **CONTRATO**.

7.8. Autorizar quaisquer serviços pertinentes ao objeto contratual, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido pela fiscalização e aprovado pela DIREXE – Diretoria Executiva da **CODESP**, desde que comprovada à necessidade deles.

7.9. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela **CONTRATANTE** ou com as especificações constantes do Edital.

7.10. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

#### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à **CONTRATADA**:

8.1. Manter, durante a vigência do contrato as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnica-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela **CONTRATANTE**, da forma como está disposto no § 10º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

8.2. Planejar, conduzir, elaborar e executar a execução da obra, fornecimento e instalação dos equipamentos, conforme Termo de Referência e demais Anexos do Edital.

8.3. Entregar à **CODESP**, quando por esta solicitado, e a medida em que forem sendo elaborados, os originais de toda a documentação técnica, incluindo desenhos e especificações, documentação essa sempre considerada de propriedade exclusiva da **CODESP**, que poderá dela se utilizar como melhor convier.

8.4. A omissão ainda que eventual da FISCALIZAÇÃO, no desempenho de suas atribuições, não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

8.5. A **CONTRATADA** será representada na obra pelo seu “Engenheiro Coordenador”, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

8.6. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas contratuais e documentos integrantes desta licitação, e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:

8.6.1. Executar os serviços contratados, em conformidade com o respectivo cronograma físico-financeiro, planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda com as instruções emitidas pela FISCALIZAÇÃO da **CODESP**;

8.6.2. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução do objeto contratual, correndo por sua



conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, à FISCALIZAÇÃO, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;

8.6.3. Cumprir rigorosamente as NORMAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos empregados prestadores dos serviços contratados os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), observando as exigências internas do Porto, através de suas normas e resoluções.

8.7. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com o Edital e seus anexos.

8.7.1. Sendo necessário refazer o serviço, a **CONTRATADA** fica obrigada a realizá-lo nas condições contratadas, correndo por sua conta as respectivas despesas. Deixando a **CONTRATADA** de refazê-lo, a **CODESP** poderá contratar terceiro para executar o serviço, reconhecendo a **CONTRATADA** sua responsabilidade pelo respectivo pagamento, sem que tenha direito a reembolso ou prévia ciência dessa contratação.

8.8. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços, que a FISCALIZAÇÃO julgar necessárias conhecer ou analisar.

8.9. Pagar os tributos, taxas e encargos de qualquer natureza, em decorrência do Contrato.

8.10. Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO. O não atendimento das solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da FISCALIZAÇÃO, não desobriga a **CONTRATADA** de sua própria responsabilidade, quanto à adequada execução dos serviços contratados.

8.11. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos materiais e serviços pela FISCALIZAÇÃO, e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pela FISCALIZAÇÃO, de acordo com as disposições do Contrato.

8.12. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da **CODESP** ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros.

8.13. Constatado dano a bens da **CODESP** ou ainda, a bens de terceiros, a **CONTRATADA**, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, a **CODESP** lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

8.14. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, materiais e serviços, dentro do prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.

8.15. Providenciar, antes do início do objeto contratual, as licenças, as aprovações e os registros específicos junto às repartições competentes, necessários para a execução do objeto contratado, inclusive o ART/RRT junto ao **CREA**.

8.16. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução do objeto contratual, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou contratados.

8.17. Se for necessária a prorrogação do Contrato, a **CONTRATADA** ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da Garantia de Cumprimento do Contrato, nos termos e condições originalmente aprovados pela **CONTRATANTE**.

8.18. Executar os serviços contratados em conformidade com a proposta aprovada e qualquer outra evidência que seja exigida no Contrato.



8.19. Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição o Profissional indicado para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação da **CONTRATANTE**. A documentação do profissional será analisada de acordo com os critérios definidos no Edital de Licitação. O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual a do substituído.

8.20. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para a FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE** e, dos órgãos de controle interno e externo.

8.21. Providenciar as medidas necessárias para que todo o pessoal, alocado para a execução do objeto contratual, compareça ao local de trabalho, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação da empresa da qual é empregado.

8.22. Providenciar que sejam elaborados Diários de Obra, de forma a registrar todos os acontecimentos e possíveis atrasos das entregas pela **CONTRATADA**.

8.23. Fornecer aos seus empregados, conforme especialização e serviço a executar, as ferramentas e os equipamentos de proteção individual necessário ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato.

8.24. Instituir para veículos, equipamentos e pessoal utilizados na execução do objeto Contratual, além do Seguro Obrigatório, o Seguro de Responsabilidade Civil por danos causados a terceiros, quer sejam pessoais ou materiais, correndo por sua conta o pagamento dos prêmios correspondentes.

8.25. Responder pelo eventual inadimplemento das obrigações estipuladas no Instrumento Contratual, pelas indenizações e suas eventuais diferenças decorrentes de danos pessoais ou materiais causados à **CODESP**, ao seu pessoal ou a terceiros em razão da execução Contratual, por ação ou omissão sua, de seus prepostos ou contratados, ficando estabelecido e aceito que serão ainda de sua responsabilidade quaisquer despesas relativas a cláusulas de franquias ou de participação obrigatória constantes das apólices de seguro, bem como os ônus relativos a eventuais indenizações que forem devidas ao seu pessoal e que não estejam cobertas pelas respectivas apólices, assim como quaisquer outros danos ou prejuízos que venham a ser causados aos equipamentos utilizados no Instrumento Contratual, que serão inteiramente de sua responsabilidade.

8.26. Após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos serviços no CREA da região onde os serviços serão executados, entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados.

8.27. O representante credenciado como profissional técnico responsável deverá ser aquele indicado para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, ficando sua substituição sujeita à aprovação da FISCALIZAÇÃO e desde que atendidas às condições originais de habilitação.

8.28. Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a **CONTRATADA** será responsável, ainda:

8.28.1. Pela inexecução, mesmo que parcial, dos serviços contratados;

8.28.2. Perante a **CODESP** ou terceiros, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, erro ou imperícia, vício ou defeito, na condução ou execução dos serviços objeto do Contrato;



8.28.3. Pelo eventual acréscimo dos custos do Contrato quando, por determinação da autoridade competente e motivada pela **CONTRATADA**, às obras/serviços forem embargadas ou tiverem a sua execução suspensa;

8.28.4. Pelos efeitos decorrentes da inobservância ou infração de quaisquer condições do Contrato;

8.28.5. Pelo pagamento dos encargos e tributos incidentes sobre os serviços objeto do Contrato.

8.29. Se a FISCALIZAÇÃO relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da **CONTRATADA**, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

#### CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. De acordo com o disposto no caput do Art. 67 da Lei 8666/93, o representante da **CODESP** que atuará como fiscal será designado formalmente pela Diretoria de Infraestrutura e Execução de Obras – DI da **CODESP**, podendo contar com o apoio de uma empresa Gerenciadora a ser **CONTRATADA**.

9.2. Fica a **CONTRATADA** obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização dos serviços objeto do Contrato, facultando o livre acesso da mesma aos equipamentos em uso, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em exoneração de responsabilidade por parte da **CODESP**.

9.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das normas legais e orientações recebidas, especificações e aplicações, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos equipamentos, materiais e serviços. Conferindo e atestando todas as Notas Fiscais da **CONTRATADA** que estiverem sendo encaminhadas para pagamento após ter constatado o fiel cumprimento dos eventos executados, medidos e aceitos.

9.4. A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista no instrumento contratual.

9.5. Ao término da execução do objeto contratual, será de responsabilidade da Comissão a ser nomeada pela Diretoria executiva da **CODESP** a elaboração do **TERMO DE ACEITAÇÃO FINAL** como estabelece o Art. 73 da Lei 8.666/93.

9.6. A Fiscalização deverá notificar a **CONTRATADA** sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias, agindo e decidindo em nome da **CODESP**, inclusive rejeitar os eventos executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com as Normas Técnicas da ABNT e outras Normas aplicáveis.

9.7. A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9.8. No caso do serviço contratado não estar sendo prestado conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo, as falhas ou irregularidades encontradas e fixará os prazos para sua correção, ficando a **CONTRATADA**, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.



9.9. Notificar por escrito à **CONTRATADA** quando da aplicação de multas, da notificação de débitos e da suspensão da prestação dos serviços.

9.10. Instruir, quando for o caso, o recurso da **CONTRATADA** no tocante ao pedido de cancelamento de multa aplicada.

9.11. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento dos prazos dispostos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Fiscalização.

9.12. Exigir que o Livro de Ocorrência seja mantido atualizado e assiná-lo em conjunto com o representante da **CONTRATADA**

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

10.1 O presente **CONTRATO** é o único instrumento legal e regulador da execução do objeto contratual, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a **CODESP** e a **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 A inexecução, total ou parcial, deste Contrato dará ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas neste instrumento e na legislação pertinente;

11.1.1 não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado a outrem, bem como a substituição de empresa consorciada, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas pelo contratante.

11.2 Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão deste Contrato, pela **CODESP**:

11.2.1 O não cumprimento de prazos;

11.2.2 O não cumprimento das condições técnicas constantes das especificações e dos projetos;

11.2.3 A lentidão na execução do objeto contratual, que leve a **CODESP** a presumir sua não conclusão no prazo contratual;

11.2.4 O atraso injustificado no início dos serviços;

11.2.5 A paralisação injustificada dos serviços;

11.2.6 A subcontratação, ainda que parcial, e no que for permitido, dos serviços objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO;

11.2.7 A cessão ou transferência do presente Contrato;

11.2.8 O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

11.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;

11.2.10 A decretação de falência;

11.2.11 A dissolução da sociedade;

11.2.12 A alteração societária que modifique a finalidade ou a estrutura da **CONTRATADA** que, a juízo da **CODESP**, inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato;



11.2.13 O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos, que caracterizem a insolvência da **CONTRATADA**;

11.2.14 A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos;

11.2.15 Quebra de sigilo sobre as informações e documentos recebidos da **CODESP**, para a execução do objeto contratual, bem como sobre os desenvolvidos pela **CONTRATADA**, por força do Contrato.

11.2.16 Razões de interesse público;

11.2.17 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

11.3 Constituem motivos para rescisão deste Contrato pela **CONTRATADA**:

11.3.1 A supressão de serviços, por parte da **CODESP**, sem anuência da **CONTRATADA**, acarretando modificações do valor inicial do Contrato, além do limite permitido em lei;

11.3.2 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

11.3.2.1 Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma (ou ambas as partes) aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.

11.4 Nos casos relacionados nos subitens 11.3.1 a 11.3.2 a **CONTRATADA** será ressarcida dos prejuízos até então sofridos, desde que regularmente comprovados, tendo, ainda, direito a:

11.4.1 Devolução da garantia prestada;

11.4.2 Recebimento dos eventos que executou, desde que aceitos, até a data da rescisão do Contrato, porventura ainda não pagos.

11.5 A rescisão do Contrato, efetivada pela **CODESP**, com base no ajuste constante nos subitens 11.2.1 a 11.2.15, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e na lei:

11.5.1 Assunção imediata, pela **CODESP**, dos serviços objeto deste Contrato, no estado e no local em que se encontram, por ato próprio seu;

11.5.2 Execução, imediata, da garantia contratual constituída para se ressarcir de danos, inclusive multas aplicadas;

11.5.3 Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados pela **CONTRATADA**;

11.5.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.6 A rescisão do Contrato, seja decretada pela **CODESP** ou pela **CONTRATADA**, não impedirá que a **CODESP** dê continuidade à execução dos serviços, mediante contratação de terceiros;



11.7 A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à **CONTRATADA** o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos;

11.8 Ocorrendo a rescisão do Contrato, a **CODESP** constituirá "Comissão" para arrolamento da situação dos serviços, no momento da sua paralisação e concederá prazo corrido de 48 (quarenta e oito) horas, para que a **CONTRATADA** indique seu representante. Vencido o prazo e não indicando a **CONTRATADA** o seu representante ou não comparecendo o indicado para execução dos trabalhos, a "Comissão" fará o respectivo arrolamento. Em quaisquer das hipóteses as partes declaram aceitar incondicionalmente o relatório de arrolamento feito;

11.9 Caso não convenha à **CODESP** exercer o direito de rescindir o Contrato, quando a ação ou omissão da **CONTRATADA** justificar essa medida, poderá suspender a execução do mesmo, a seu exclusivo critério, suspendendo o pagamento de faturas pendentes e/ou intervindo na execução dos serviços, da maneira que melhor atenda aos seus interesses, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida;

11.9.1 Na hipótese de ocorrer acréscimos nos preços dos serviços, em consequência da adoção das medidas mencionadas neste item, correrão os mesmos por conta da **CONTRATADA** e o respectivo valor poderá ser descontado dos seus créditos ou da garantia constituída.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

12.1. Respeitada a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contada a partir da data da assinatura do presente Contrato, os preços contratuais poderão ser objeto de reajuste até o limite da variação do Índice de Preço de Obras Públicas, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, acumulado em 12 meses, com base na seguinte fórmula:

$I_{pav}$  = Pavimentação – Geral;

conforme fórmula a seguir:

$$R = V ( I_{pav1} - I_{pav0} ) / I_{pav0}$$

onde:

R = valor do reajuste procurado, aplicável a partir do vencimento do período estabelecido na legislação em vigor;

V = valor mensal contratual;

$I_{pav0}$  = índice inicial, correspondente ao mês e ano de apresentação da proposta;

$I_{pav1}$  = índice relativo ao mês e ano do reajuste, respeitada a periodicidade legal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 A aceitação definitiva dos serviços se dará na sua conclusão e após a assinatura, pelas partes, do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

13.2 Antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a **CONTRATADA** deve solucionar todas as pendências identificadas pela Fiscalização, sem ônus para a **CODESP**.

13.3 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades que lhe



são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pela **CODESP**, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIAS

14.1. Será exigida da **CONTRATADA**, pela **CODESP**, comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do contrato, sob pena de rescisão.

14.2. A Garantia citada no subitem anterior deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

a.1) a caução em dinheiro pode ser efetivada por pagamento de boleto bancário ou depósito identificado em conta corrente específica, a critério da **CODESP**. Conforme a opção definida pela **CODESP** o Contratado deverá proceder da forma especificada abaixo:

a.1.1) depósito em Conta Corrente;

b) Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Não serão aceitos Títulos da Dívida Agrária;

c) fiança bancária;

d) seguro-garantia:

d.1) via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital;

d.2) o seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da CIRCULAR SUSEP Nº 232, de 3 de junho de 2003;

d.3) o seguro-garantia deverá ser livre de franquia.

14.3. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do contrato;

b) objeto a ser contratado, especificado neste Edital;

c) nome e número do CNPJ do SEGURADO;

d) nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

e) nome e número do CNPJ da **CONTRATADA** (TOMADORA da apólice).

14.4. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a **CODESP** como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.



14.5. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata tempore atualizada a partir da data de recolhimento à **CODESP**.

14.6. A Garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue na **CODESP**, localizada no 1º andar do prédio ao lado do Edifício-Sede da Presidência da CODESP, na avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo portão nº 23), Bairro do Macuco, Santos/SP, exceto na modalidade citada no item 14.2 alínea “a.1” que deverá ser entregue na Tesouraria da CODESP, localizada na Praça Cândido Gafreé, s/nº (ao lado do Portão/Gate n.º 7), Edifício - Eng. José Armando Pereira, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela **CONTRATADA** à **FISCALIZAÇÃO**.

14.7. A Garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

- a) Prejuízos ou danos causados ao **CONTRATANTE**;
- b) Prejuízos ou danos causados a terceiros pela **CONTRATADA**;
- c) Toda e qualquer multa contratual;
- d) Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc.
- e) Quaisquer obrigações não cumpridas pela **CONTRATADA** em relação ao contrato previstas no ordenamento jurídico do país.
- f) Multas aplicadas por órgãos oficiais.

14.8. No caso de rescisão do contrato por culpa do **CONTRATADO**, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se o **CONTRATADO** por perdas e danos causados ao **CONTRATANTE**, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

14.9. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que o licitante contratado tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

14.10. Quando se tratar de consórcio, a garantia de Cumprimento do Contrato poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

15.1 As alterações e os casos omissos neste Contrato celebrado com base no RDC reger-se-ão pelas normas da Lei nº 12.462/2011 e alterações, Decreto nº 7.581/2011.

15.2 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da **CONTRATADA** ou de seus subcontratados, cabe a ela resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do Trabalho;

15.3 A **CONTRATADA** não poderá autorizar a visita ao local de execução dos serviços de pessoas estranhas aos mesmos, salvo autorização expressa da **FISCALIZAÇÃO**;

15.4 A **CODESP** reserva a si direito de introduzir modificações no projeto, mesmo durante a execução do objeto contratual, sempre que julgar necessário. No exercício deste direito, porém, a **CODESP** se empenhará no sentido de evitar prejuízos à **CONTRATADA**;



15.5 É vedado à **CONTRATADA** negociar duplicatas ou qualquer outro título cambial emitido contra a **CODESP**;

15.6 O descumprimento desta condição contratual ensejará a aplicação das cominações ajustadas neste Instrumento.

15.6.1 Os documentos discriminados neste Contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são anexo;

15.7 Compete à **CODESP** dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Instrumento;

15.8 As partes considerarão completamente cumprido o Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela **CODESP**;

15.9 No caso de eventual e comprovada necessidade de substituição de membro(s) da equipe técnica, indicada para execução dos serviços, mormente em se tratando de Responsável (is) Técnico(s), o(s) nome(s) e os dados demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu(s) substituto(s) deverão ser, tempestivamente, submetidos à análise e aprovação da Fiscalização do Contrato e ratificação pelo seu superior;

15.9.1 A capacitação técnica do substituto será analisada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Licitação, e deverá ser, no mínimo, igual a do substituído;

15.10 Ocorrendo a propositura de Reclamação Trabalhista por empregado ou ex-empregado da **CONTRATADA** alocado na execução do objeto deste Instrumento e na qual seja citada a **CODESP** na condição de reclamada ou litisconsorte passiva, fica a **CODESP** autorizada a fazer a retenção do valor reclamado e dos pertinentes aos depósitos judiciais de qualquer crédito da **CONTRATADA** ou, se insuficiente este, da Garantia de Cumprimento do Contrato, até o trânsito em julgado da lide, cujos fatos serão levados ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO pelo Órgão Jurídico da **CODESP**;

15.10.1 Sendo julgada procedente a Reclamação Trabalhista, o valor retido será destinado à satisfação da condenação, obrigando-se, ainda, a **CONTRATADA** a complementar o valor devido ao empregado, caso a retenção seja insuficiente;

15.10.2 Sendo julgada improcedente a Reclamação Trabalhista, depois de transitada em julgado a decisão, o valor reclamado e retido em espécie será devolvido à **CONTRATADA**, atualizado pela variação "pro rata die" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da legislação vigente.

15.10.3 Os valores relativos aos depósitos recursais serão considerados como parte do pagamento de indenização trabalhista do processo correspondente ao depósito; caso a **CODESP** seja excluída do feito em Instância Superior, o quantum dos depósitos recursais será devolvido à **CONTRATADA** quando de sua liberação e no mesmo valor liberado.

15.11. Executado o objeto contratual, o mesmo será objeto de:

15.11.1 Recebimento Provisório do objeto contratual, por meio da emissão do TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO FINAL pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, assinado pelas partes em até **60 (sessenta)** dias da comunicação escrita do contratado da conclusão do objeto contratual.

15.11.2 Recebimento Definitivo, por meio da emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA por comissão designada pela autoridade competente, assinado pelas partes, no prazo de até **90**



(noventa) dias consecutivos após o decurso do prazo do Período de Observação ou Vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA— DA GESTÃO DO CONTRATO**

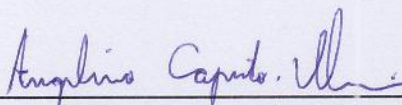
16.1 A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Superintendência de Execução de Obras - SIO da CODESP.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA— DO FORO**

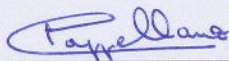
17.1 Elegem as partes, o Foro da Comarca de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Santos, 27 de julho de 2015.



**Angelino Caputo e Oliveira**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -CODESP**



**Roberto Cappellano**  
**DIRETOR TÉCNICO**  
**CONSTRUTORA CAPPELLANO LTDA**

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

Nome: **Marcos Castro Alves**  
RG.: **RG 25.745.640-5**

2) \_\_\_\_\_

Nome: **Mário Lucio Pereira da Silva**  
RG.: **14749622**

**Mário Lucio Pereira da Silva**  
**Técnico de Serviços Portuários**  
**Registro 33.753 6**